



República, voto e democracia no Brasil: entrevista com Cláudia Maria Ribeiro Viscardi

Paula Vanessa Paz Ribeiro¹
Douglas Souza Angeli²

Cláudia Maria Ribeiro Viscardi é Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, realizou Pós-Doutorado na Manchester Metropolitan University e na Universidade de Lisboa. É Professora Titular do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora, atual coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História, bolsista de produtividade do CNPq, pesquisadora da Fapemig e membro da Diretoria Nacional da Associação Nacional de História (ANPUH). Foi presidente da Seção Regional Minas Gerais da Associação Nacional de História (ANPUH-MG), coordenadora do Grupo de Trabalho em História Política da ANPUH e da Rede Internacional de Pesquisadores "Conexões Lusófonas: ditadura e democracia em português". Foi também pesquisadora visitante na Manchester Metropolitan University (2007-2008, com apoio da CAPES), na Fundação Casa de Rui Barbosa (2011-2013) e na Universidade de Lisboa (2015, com apoio da CAPES).

Possui uma ampla produção historiográfica sobre a história política e social da República Brasileira. Sua obra mais importante é o livro “Teatro das Oligarquias: uma revisão da política do café com leite”, em que investigou as alianças constituídas durante as sucessões presidenciais e contesta a tese que explica a estabilidade do Regime Republicano como sendo o resultado da aliança entre Minas Gerais e São Paulo. Recentemente, em 2017, publicou o livro “Unidos Perderemos: a construção do federalismo republicano brasileiro”, que versa sobre o movimento republicano e a primeira fase da República Brasileira. Nessa obra, apresentou

1 Professora da EMEB Antônio Saint Pastous de Freitas, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestre em História pela Universidade Federal de Santa Maria. paulavpaz@gmail.com.

2 Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. douglasangeli@hotmail.com.

uma nova leitura sobre os processos eleitorais da Primeira República e uma interpretação alternativa a “política dos estados” de Campos Sales.

A entrevista a seguir, concedida gentilmente pela Professora Cláudia Viscardi, aborda as eleições e o voto no Brasil durante o contexto político da Primeira República (1889-1930) e do governo Vargas (1930-1945), reforçando a necessidade de se romper com os esquematismos e com as simplificações sobre tais períodos. Além dos temas centrais de suas pesquisas, também nos relatou curiosidades de sua trajetória acadêmica e sobre seu contato com as pesquisas realizadas nos programas de pós-graduação do país.

Paula Ribeiro: Professora Cláudia, suas produções são consideradas referências fundamentais no estudo da história do Brasil Republicano. Poderia nos contar quais foram suas motivações em pesquisar a história política da Primeira República?

Cláudia Viscardi: Obrigada pela oportunidade. Eu sempre gostei da História Política. Havia feito mestrado em Ciência Política, ocasião em que estudava a questão da cidadania no Brasil Contemporâneo. Quando fui admitida no Departamento de História da UFJF, optei por fazer o Doutorado na área de História. Me interessei primeiro por estudar o Partido Republicano Mineiro (PRM). Não sei explicar exatamente o que me levou a estudar a Primeira República. Acho que foi curiosidade, porque me sentia muito ignorante sobre o período. E claro, sempre gostei muito de estudar as instituições políticas.

Paula Ribeiro: Há cerca de um ano você publicou o livro “Unidos Perderemos: a construção do federalismo republicano brasileiro”, em que analisou os projetos republicanos da propaganda de 1870 e 1880 e o modelo de institucionalização do regime aplicado pelos constituintes de 1891. Poderia comentar sobre os princípios que convergiram e divergiram na propaganda republicana e na Carta constitucional, no que se refere à soberania popular e à relação das unidades federadas com o Estado?

Cláudia Viscardi: A ideia do livro foi fazer uma continuidade às avessas (de trás para frente) do meu primeiro livro autoral, O Teatro das Oligarquias, no qual analisei a república quando já se encontrava um pouco mais estabilizada, vencidos os conflitos da primeira década do novo regime. Mas eu tinha duas questões que me intrigavam em relação ao período anterior: como os republicanos conseguiram viabilizar seus diferentes projetos de república e o que pretendia Campos Salles com a chamada “política dos estados”. O “Unidos Perderemos” se propõe a responder a essas duas questões. Em relação à primeira, objeto de sua questão, em

relação à soberania popular, acredito que os republicanos tenham conseguido viabilizar integralmente o seu projeto. Romperam com o voto censitário, estabeleceram eleições diretas em todos os níveis e mantiveram a proibição ao voto do analfabeto e do voto feminino. Não se pode, no entanto, tratar tais limitações ao exercício da cidadania política como algo excepcional. O regime imperial já mantinha uma multidão de excluídos e quase a totalidade dos regimes liberais no período, tanto na Europa quanto nas Américas, também o faziam. Em relação ao federalismo, os republicanos foram igualmente bem-sucedidos. O modelo previsto – embora não muito detalhado pelo movimento – foi o que vigorou na Carta de 1891 até 1934, com ligeiras alterações feitas pela reforma de 1926.

Paula Ribeiro: Em sua obra “Teatro das oligarquias: uma revisão da ‘política café com leite’”, você demonstrou que o caráter pragmático das alianças formadas em cada sucessão presidencial conferiu estabilidade ao regime político da Primeira República, na medida em que impediu a monopolização do poder e renovou seus quadros a cada quatro anos, embora sob a predominância dos estados hegemônicos. Professora Cláudia, durante as sucessões presidenciais as convicções ideológicas compartilhadas pelos atores políticos influenciaram na articulação e na ruptura das alianças?

Cláudia Viscardi: Paula, se formos analisar o quadro partidário brasileiro hoje, é difícil identificar claramente “convicções ideológicas” nos mais de 30 partidos políticos que disputam o poder. Imagina na Primeira República, quando as estruturas partidárias, além de descentralizadas, eram comandadas por interesses personalistas e pragmáticos. Não contesto a hipótese de que tenham surgido grupos “ideológicos” que se moviam na política em função de suas convicções teóricas. Há trabalhos sobre a Primeira República que explicam ou tentam explicar os comportamentos políticos por meio dessa lógica. Não é a minha forma de ler o regime. Havia no período liberais, positivistas, conservadores, autoritários, nacionalistas e até fascistas (os integralistas nos anos 20). Mas a grande maioria se movia na política com base em interesses pragmáticos e amparados em redes familiares de apoio. Daí as alianças se formarem e se desfazerem muito ao sabor das conjunturas e das lutas pelo poder. Essa é uma das características mais marcantes dos regimes oligárquicos. O Brasil não fugiu à regra.

Douglas Angeli e Paula Ribeiro: No Simpósio Nacional de História realizado na UNB, em 2017, você fez uma crítica aos esquemas interpretativos sobre a Primeira República, lembrando que a democracia pode ser vista como construção e acúmulo. Nesse sentido, seria possível fazer uma análise comparativa sobre a lógica de funcionamento do sistema político-partidário implantado durante a Primeira República e o instituído a

partir de 1945? Quais foram as mudanças e permanências na estrutura da competição nesses dois períodos?

Cláudia Viscardi: Existe uma tendência, bastante simplificadora e esquemática, que vê a Primeira República como um período de predomínio exclusivo da fraude eleitoral, do controle absoluto do voto pelos coronéis, da ausência de um mercado político competitivo e de uma predisposição das elites a serem demofóbicas, o que as levaria a rejeitar totalmente a participação do *demos* na *polis*. O que disse naquela conferência e que escrevi em um dos capítulos do “Unidos Perderemos” e em outros textos meus mais recentes, é que temos que romper com tais esquematismos, que empobrecem as análises. Estudos recentes têm apontado para direções alternativas, revelando um regime político de intensa disputa, onde não só o voto era disputado como, sobretudo, a presença do eleitor – uma vez que o voto era facultativo. Havia espaço para a eleição de setores da oposição, havia significativa renovação do parlamento a cada legislatura e uma certa margem de autonomia dos eleitores. Por parte das elites governantes, pelo menos entre os juristas, havia uma preocupação muito grande em torno da inibição e contenção das fraudes eleitorais, frequentemente denunciadas, bem como um papel pedagógico da imprensa com esse mesmo propósito. Formalmente, o Estado republicano era liberal e democrático. Os cidadãos, por sua vez, se organizavam mais do que antes imaginávamos e manifestavam seus interesses por meio de um repertório diversificado de ações. Claro que esse conjunto de posturas não tornava o Estado Republicano democrático, como vimos ocorrer após a queda do Estado Novo, se levarmos em conta o que consideramos como democracia hoje. Mas certamente não era muito diferente do que viviam os países vizinhos e mesmo a maior parte dos países europeus. A democracia é um valor que se constrói ao longo de gerações por parte daqueles que lutam por ela e pela sua preservação. Ela não cai como um paraquedas ao fim do Estado Novo. Ela é um processo de acúmulo de experiências que se consolidaram ao longo do período. Indispensável ressaltar os grandes avanços nesta direção conferidos pelos Códigos eleitorais de 1916 e, principalmente o de 1932, que incorporou as mulheres e instituiu a Justiça Eleitoral, além de outras mudanças em prol da democracia. Certamente, as experiências prévias de sufrágio universal e de uma sociedade civil mobilizada, interrompidas em 1937. Foram indispensáveis para a retomada da democracia nos anos 40. O processo de centralização do modelo federalista, com a fragilização das oligarquias regionais, foram elementos importantes para a criação de partidos nacionais competitivos, sem contar as experiências democráticas de outros países no pós-guerra que nos serviam de referências.

Paula Ribeiro: Nos últimos anos o sistema político da Primeira República Brasileira tem sido revisado em teses, dissertações e artigos a partir da temática das eleições do Executivo e do Legislativo, dos partidos estaduais e da competição política. A sua obra “Teatro das Oligarquias” tem sido uma das principais referências no estudo e investigação das sucessões presidências durante a Primeira República, assim como a tese de Carmem Magalhães, “O mecanismo das ‘comissões verificadoras’ de poderes”, tem sido basilar no estudo dos processos eleitorais do legislativo federal. O que você pensa sobre as mais recentes produções historiográficas acerca da revisão da Primeira República?

Cláudia Viscardi: Como disse antes, alguns estudos, ainda poucos, têm surgido nessa direção. A dissertação de Magalhães é da década de 1980, e até por não ter sido publicada, circulou muito pouco. Eu a encontrei por acidente, quando começava as minhas pesquisas que deram origem ao “Unidos Perderemos”. Trata-se de um trabalho bastante renovador em relação ao que entendíamos sobre as “degolas”. Tenho participado de muitas bancas, o que demonstra que a história política da Primeira República tem sido revisitada sob outra ótica. São trabalhos muito inovadores, produzidos em diversas regiões do Brasil, graças à expansão da Pós-Graduação. Mas ainda há muita coisa a ser pesquisada sobre o processo político e também social no período.

Douglas Angeli: As interpretações sobre a competição política na Primeira República são marcadas pelas ideias de fraude e violência. Com a produção recente que busca revisar esse período, o que pode se dizer acerca da competição eleitoral, sobre a participação dos eleitores e sobre o que estava em jogo para as elites políticas quando, na Primeira República, competiam eleitoralmente? E mesmo com relação à fraude e à violência, qual o seu papel na competição política?

Cláudia Viscardi: A fraude e a violência faziam parte do processo eleitoral, não só do Brasil como em várias outras regiões do mundo, como afirmam Ricci e Zuline em seus artigos. Todos fraudavam, situações e oposições. Mas havia mecanismos de coibição e um entendimento generalizado de que os comportamentos políticos poderiam ser alterados por dois caminhos: o da legislação e o da educação. Nesse sentido, havia um esforço por parte de juristas, imprensa e setores da elite política que agiam com vistas a atingir o que chamavam de “verdade das urnas”. É claro que com os processos de urbanização e modernização, as coisas começam a melhorar. Nos estados mais divididos politicamente, havia mais espaço para a competição. Nos mais hegemônicos, por exemplo Minas Gerais, a oposição não atingia mais de 10% das cadeiras parlamentares, como afirma Vitor Figueiredo em seu livro, o que era pouco, mas

contraria a hipótese da monopolização. Não queremos aqui dizer que a Primeira República foi um regime democrático de ampla competição. Não, todos sabemos que o regime era oligárquico, que menos de 4% da população votava, que em alguns períodos a imprensa foi censurada e os regimes de exceção – estados de sítio – foram constantes. O que os novos trabalhos têm tentado evitar é a generalização e têm levado em conta que o regime político no período era bem mais complexo do que até então imaginávamos. Quer tanto o Estado quanto a sociedade civil apresentavam clivagens e brechas para a contestação e para a competição.

Paula Ribeiro: Tendo em vista os trabalhos que você orientou e avaliou em bancadas de mestrado e doutorado, sobre o Brasil Republicano, quais temas e enfoques teóricos necessitam serem explorados pela historiografia?

Cláudia Viscardi: Acho que as pesquisas sobre votos, eleições e partidos merecem enfoques mais particularizados. Há boletins eleitorais disponíveis online, além de relatórios e da imprensa. Esse vasto material pode subsidiar pesquisas necessárias nesse campo. Estudos sobre redes familiares e seus vínculos com o poder também existem poucos. Sobre as organizações da sociedade civil, para além dos sindicatos, também faltam estudos. São os que mais me chamam a atenção.

Paula Ribeiro: Nas últimas eleições o número de eleitores que se abstiveram votaram em branco e nulo tem aumentado significativamente. Esse quadro produziu o debate sobre a necessidade de se instituir o voto facultativo no Brasil. Professora Cláudia, poderia fazer uma breve análise sobre a experiência brasileira com o voto facultativo e o compulsório, assim como opinar sobre esse debate na política atual?

Cláudia Viscardi: O voto obrigatório foi estabelecido no Brasil pela lei Eleitoral Agamenon Magalhães em 1945. Até então o voto sempre fora facultativo. Nas principais democracias do mundo, votar não é obrigatório. Nesses lugares, os indicadores de abstenção são muito altos. Pessoalmente, sou contrária ao voto facultativo no Brasil. Na realidade, quem quer se abster tem condições de fazê-lo com tranquilidade, basta ir a uma seção eleitoral e justificar. Caso não o faça, há sempre a chance de justificar mais tarde com o pagamento de uma multa irrisória. Ademais, pode-se sempre abster votando nulo ou branco. Tais requisitos são mínimos para quem quer ficar indiferente ao processo político. O voto compulsório acaba por promover um engajamento do eleitor ao processo democrático, sem gerar um ônus muito grande para quem o recusa. A democracia no Brasil é muito recente e foi por diversas vezes interrompida ao longo da História. Temos uma cultura política autoritária muito forte, somos um país que ainda trata a política com a violência, nossos valores são muito conservadores e nosso déficit educacional imenso. O debate político a cada dois anos contribui para a reflexão

do povo em torno de temas caros ao país, promovendo discussões e contrapontos, que contribuem para o fortalecimento da democracia e ampliação da experiência política. Se o voto fosse facultativo a maioria das pessoas ficaria ainda mais indiferente, o que é ruim para o país e para o regime. Portanto, sou contra o voto facultativo nesse momento.